

O CONCEITO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO E AS NAÇÕES UNIDAS

uma análise do relatório “Resilient people, resilient planet: a future worth choosing”

Harro Cyrankaⁱ

Graduando em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

O presente trabalho pretende fazer uma discussão do conceito hegemônico de desenvolvimento, a partir de uma análise do relatório “Resilient People, Resilient Planet: A Future Worth Choosing”, desenvolvido pelo Grupo de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a Sustentabilidade Global e as consequências sobre o atual debate em torno das ideias de desenvolvimento e sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Hegemonia, Nações Unidas.

THE UNITED NATIONS AND THE HEGEMONIC CONCEPT OF DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF THE REPORT ‘RESILIENT PEOPLE, RESILIENT PLANET: A FUTURE WORTH CHOOSING’

Abstract

This paper aims to discuss the hegemonic concept of development from the analysis of the report “Resilient People, Resilient Planet: A Future Worth Choosing”, written by the High-level Panel on Global Sustainability and its consequences on the current debate over the ideas of development and sustainability.

Keywords: Development, Hegemony, United Nations.

ⁱ *Correspondência:* Rua das Laranjeiras, n. 553, apt. 204. Laranjeiras. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
CEP: 22240-005.

E-mail:

harroalfaro@hotmail.com

O que é o desenvolvimento? Seria algo definido *a priori* ou um conceito cujo conteúdo é marcado por transformações internas e estabelecido no interior de cada sociedade? Numa época, marcada pela expansão e consolidação do projeto civilizatório ocidental, baseado no modo de produção capitalista e na superestrutura que lhe é familiar, faz-se necessário uma nova análise sobre o que realmente se entende por desenvolvimento. Este empreendimento torna-se mais importante, ao se compreender o momento em que vivemos – um momento onde as contradições inerentes ao sistema capitalista tornam-se visíveis, não só no que se refere ao seu conteú-

do propriamente econômico, com a precarização do trabalho e a severidade das crises de superprodução, cujos exemplos mais evidentes são o momento que a economia americana vem vivendo desde a explosão da bolha imobiliária em 2007/08 e os problemas que uma série de países da Zona do Euro – Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha – estão enfrentando, mas também a problemas advindos da própria maneira como esse modo de produção se apropria do espaço. O enfoque espacial não é normalmente utilizado nas análises econômicas e nas teorias relativas ao desenvolvimento. No entanto, ao se levar em conta as suas características objetivas e simbólicas, torna-se premente a inclusão dessa nova dimensão metodológica, por ela ser fundamental para uma compreensão mais ampla do processo através do qual uma sociedade produz social e culturalmente a sua existência (SOUZA, 1997, p. 24-25).

O presente trabalho dividir-se-á em três partes, além dessa introdução: a primeira consistirá num exame do conceito hegemônico de desenvolvimento, desde a sua introdução no conjunto de ideias que permeia a sociedade ocidental; em seguida, vai-se analisar de que maneira esse conceito se apresenta no discurso hegemônico, sendo que isto será feito a partir de uma análise do relatório elaborado pelo Grupo de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a Sustentabilidade Global. A escolha desse documento baseia-se na importância que a ONU possui no atual cenário internacional e na sua capacidade de iniciar e influenciar o debate sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade; por fim, uma conclusão retomará os principais pontos abordados em cada seção, fazendo algumas considerações finais.

Ocidente e desenvolvimento

O atual conceito hegemônico de desenvolvimento implica em desenvolvimento econômico, ainda que, em alguns casos, se busque conciliá-lo com a diminuição das desigualdades sociais e a manutenção de determinados regimes políticos. Logo, esse conceito, por dar uma ênfase muito maior a um determinado aspecto do progresso de uma sociedade, pode ser considerado restritivo, pois “obscurece

outras facetas tão ou mais importantes do que a dominante” (ACIOLI *et al.*, 2008, p. 1).

Por ser hegemônica, tal visão de mundo encontra-se presente não só nos discursos comuns, mas orienta a ação de instituições políticas e econômicas por todo o mundo, como Estados-Nação, grandes empresas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais como as Nações Unidas e outros órgãos voltados para a promoção do “desenvolvimento” (Banco Mundial, Banco Interamericano para o Desenvolvimento).

Uma das mais importantes ideias surgidas durante o período do Iluminismo foi entender o desenvolvimento como intenção. Segundo essa ideia, os indivíduos e as sociedades poderiam melhorar suas condições a partir de uma aplicação das técnicas e da razão ao espaço em que viviam. Essa forma de pensar se liga, de maneira inequívoca ao ideário construído na modernidade, que entende a história universal como progressiva, naturaliza as relações sociais e econômicas das sociedades capitalistas, assim como suas desigualdades e hierarquias e estabelece que o conhecimento advindo da reflexão racional é mais importante que todos os outros (RUA, 2007, p. 146-7). Tal conjunto de ideias, apesar de pretensamente universal, foi construído dentro de um contexto geográfico e histórico próprio, sendo resultado de desenvolvimentos sociais concernentes à sociedade que os engendrou. Nesse caso, as sociedades europeias do início da era moderna. Portanto, deve-se atentar para a ligação entre a ideia de desenvolvimento e o projeto da modernidade. Além disso, a construção desse discurso, como diz HALL (2002, p.57-8) serviu à quatro diferentes funções:

1. Permitiu que as sociedades fossem classificadas em diferentes categorias – desenvolvidas ou atrasadas, ocidentais ou não-ocidentais – tornando-se, dessa forma, em uma ferramenta que permite interpretar as características sociais, políticas e econômicas de determinado agrupamento social a partir das diferenças entre esses e as sociedades ocidentais;
2. o discurso se constitui como uma imagem, sendo parte de um sistema de representações, funcionando em conjunto com outras representações;
3. cria um marco para que os diferentes grupos sociais sejam comparados, permitindo identificar semelhanças e disparidades, ou, nas palavras do próprio autor, o discurso auxilia na explicação da diferença¹;

¹ Tradução livre para “it helps to explain ‘difference’”.

4. estabelece um critério que serve como referência, a partir do qual determinadas sociedades podem ser ranqueadas e em torno do qual é possível atribuir uma série de critérios classificatórios.

Dotados dessa cosmovisão, que versava tanto sobre a sua própria condição, quanto da de outras sociedades, as esferas políticas e econômicas das sociedades ocidentais começam a agir em nome do desenvolvimento. Todavia tal atuação não se limitará à arena interna, através de medidas voltadas para a consolidação do modelo de produção capitalista e das instituições sociais que lhe são correspondentes, mas voltar-se-á para o resto do mundo, com a ação das sociedades ocidentais no plano internacional. HALL (2002, p.58) ao comentar sobre esse processo, diz que esse ideário tornou-se produtivo, por criar um conhecimento específico e por tornar-se um fator que auxiliou na organização de um sistema global de poder (*system of global power relations*) e ser o conceito a partir do qual toda uma maneira de pensar foi construída.

Aciooli *et alii* (2009, p. 8) argumentam que tal discurso é simplista, já que se para todas as sociedades existentes – cada uma portadora de uma série de características sociais e culturais próprias – em dois grupos homogêneos: o Ocidente, desenvolvido, capitalista e moderno e o Resto, marcado pelo atraso e por formas retardatárias de organização política e social. Contudo, apesar de simples, este discurso, devido a sua coerência interna, não deixa de ser poderoso, pois “é capaz de fazer com que todas as sociedades acreditem neste modelo civilizatório como sendo o único capaz de dar conta da complexidade da vida”.

Portanto, a expansão dessa maneira de enxergar o mundo deu-se *pari passu* à atuação dos países ocidentais no globo, levando, através da imposição pela força ou pela sedução do seu ideário, a um processo de consolidação de seu modelo de sociedade, num movimento conhecido como ocidentalização do mundo. Tal paradigma societário, como mencionado anteriormente, tem como fundação o modo de produção capitalista, o que leva a transformações sociais e espaciais que são consequência dessa forma histórica de organização da produção. Não obstante, deve-se enfatizar que essa imposição encontra resistências diversas, que se manifestam em formas alternativas de organizar o espaço e a produção, gerando territorialidades distintas daquelas típicas do capitalismo (RUA, 2007, p. 162). Além disso,

como argumenta MORIN (2002, p. 78), a imposição de um modelo societário único foi acompanhada pela difusão de um feixe de ideias, também advindas da Europa Ocidental, oposto àquele, pois baseado no humanismo, na autodeterminação dos povos, na democracia e no internacionalismo.

Apesar de permitir um crescimento exponencial da produção, a difusão do modelo civilizatório capitalista engendrou uma série de problemas socioambientais. Estes são consequência direta das características internas do capitalismo, que enxerga os recursos humanos e naturais como mercadorias que servem apenas à acumulação de capital e cujo valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Portanto, ao se discutir os atuais problemas ambientais e econômicos, deve-se levar em conta o atual modelo de produção e consumo, por ser ele que vai determinar a maneira pela qual uma certa população vai utilizar os recursos naturais que ela tem a sua disposição, assim como irá engendrar uma utilização do espaço que lhe é característica. Por fim, todo modelo civilizatório irá definir uma determinada distribuição dos produtos criados através do processo social de produção. Logo, as lutas em torno daquilo que é produzido socialmente também são determinadas pelo modelo civilizatório adotado.

Por conseguinte, um debate em torno dos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade tem que levar em consideração os atuais paradigmas de distribuição e consumo. A análise crítica que é feita a seguir, do trabalho construído pelo Grupo de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a Sustentabilidade Global, permite vislumbrar os principais pontos dos atuais conceitos hegemônicos de desenvolvimento e sustentabilidade. Sendo as Nações Unidas um dos organismos internacionais mais importantes, com a capacidade de influenciar políticas públicas numa escala global, decidiu-se por avaliar, a partir do marco teórico desenvolvido acima, as conclusões e as recomendações feitas pelo relatório mencionado.

Desenvolvimento e sustentabilidade no documento “Resilient people, resilient planet: a future worth choosing”.

O documento elaborado pelo Grupo de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a Sustentabilidade Global afirma que, atualmente, vivemos no melhor e pior dos mundos, pois, apesar de desfrutarmos de uma prosperidade sem precedentes, estamos submetendo a Terra a pressões insustentáveis, a longo prazo. Outrossim, a desigualdade e outros problemas econômicos, tais como a persistência da pobreza em uma série de nações, especialmente no terceiro mundo, se apresentam como novas dificuldades que se impõem nesse início de século XXI (GSP, 2012, p. 12). Logo, faz-se necessário, segundo o Grupo, combater a miséria, reduzir a desigualdade e tornar o crescimento econômico e os padrões de produção e consumo inclusivos e sustentáveis.

A realização desses objetivos passaria pelas escolhas feitas diariamente por indivíduos, governos e empresas, pois são elas que influenciam diretamente a maneira pela qual os recursos e o espaço serão utilizados. Para tanto, invocam-se as possibilidades oferecidas por novas tecnologias capazes de reduzir o impacto ambiental, novos mercados e novas abordagens na utilização de recursos públicos e privados na promoção de um desenvolvimento que ajude na eliminação da pobreza. Portanto, tornar-se-ia primordial dotar os indivíduos de poder para que possam influenciar de maneira positiva o futuro, porque estes não mais aceitarão o contínuo desrespeito, por parte de governos e de multinacionais, ao ambiente natural e aos princípios de justiça social (GSP, 2012, p. 12).

Desde que o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado pelas Nações Unidas foi definido pelo documento “Our common future” (CNUMAD, 1987)², elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento, em 1987, alguns passos importantes foram dados na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável tal como o proposto, mas o mundo ainda não estaria no caminho certo (GSP, 2012, p. 16). O relatório aponta a diminuição da pobreza extrema, o crescimento econômico mundial e a recuperação da camada de ozônio

² Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidades das gerações futuras de satisfazer as suas próprias (tradução livre).

aos níveis anteriores a 1980, como importantes progressos realizados pela humanidade nos últimos vinte e cinco anos. Entretanto, ainda existe uma série de problemas, tanto sociais quanto ambientais, que ainda precisariam ser resolvidos para que o planeta começasse a utilizar seus recursos de maneira sustentável. Logo, o relatório conclui que “o progresso em direção a um desenvolvimento sustentável, até hoje, não foi nem rápido, nem suficientemente profundo, sendo a urgência de medidas de maior alcance constantemente crescente” (GSP, 2012, p. 22)³.

No entanto, o relatório assinala uma série de fatores que são responsáveis por colocar em xeque a atual maneira pela qual aproveitamos os recursos naturais e desenvolvemos nossas atividades produtivas, tendo cada um destes e a relação entre eles a capacidade de influenciar, positiva ou negativamente o futuro do desenvolvimento sustentável.

A primeira das causas encarregadas de desafiar o *status quo* é o reconhecimento da insustentabilidade dos atuais padrões de desenvolvimento e consumo. Tal constatação é resultado dos avanços científicos e do progressivo conhecimento sobre os impactos que estes modelos vêm tendo sobre as mudanças no clima, a degradação do meio-ambiente e a escassez de recursos. Outrossim, o trabalho também destaca as mudanças demográficas, principalmente nos países mais pobres e os recentes desenvolvimentos políticos e econômicos. No âmbito econômico, a crise, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, trouxe a oportunidade de se debater, novamente, os papéis que cabem ao Estado e ao Mercado no interior de uma sociedade. No campo político, por sua vez, o mundo caminharia em direção a um sistema mundial de caráter multipolar, o que criaria as bases para uma cooperação mais proveitosa entre os atores estatais. Ainda nesta arena, o relatório destaca o crescente papel que organizações não-governamentais e companhias do setor privado vem tendo nas relações internacionais e no desenvolvimento de padrões compatíveis com o desenvolvimento sustentável. Por fim, o documento ressalta a crescente tendência mundial à urbanização de suas populações, apontando que, apesar de serem centros de pesquisa e inovação, as cidades também permitem que estilos de vida insustentáveis se desenvolvem, assim como a própria expansão física

³ Tradução livre de “the progress toward sustainable development to date has been neither fast nor deep enough, and the urgency of further-reaching action is growing all the time”.

das aglomerações urbanas podem criar problemas para o meio-ambiente (GSP, 2012, p. 22-29)

Para as Nações Unidas, é fundamental que sejam feitas reformas política e econômicas, mas é notável que todas elas não mencionam a necessidade de questionar o modelo capitalista de produção e o atual conceito de desenvolvimento, entendido como desenvolvimento econômico e uma maior disponibilidade de bens de consumo e serviços. Igualmente, o conceito de desenvolvimento sustentável é visto como algo único, o que diminui as possibilidades de construção de significados locais, baseados nas culturas e espacialidades referentes a cada sociedade.

Para exemplificar os pontos levantados pode-se avaliar as propostas feitas para a melhora da atual economia mundial. Primeiramente, é notável que o trabalho proponha uma transformação significativa numa escala global, ao contrário de mudanças pontuais e reconheça as possibilidades de reforma abertas pela crise mundial que se iniciou na segunda metade dos anos 2000, por ter criado um momento oportuno para repensar os paradigmas que orientam os atuais modelos econômicos. No entanto, ao apresentar as recomendações para os países-membros, o documento trabalha dentro dos padrões impostos pelas relações capitalistas de produção. Primeiramente, afirma ser necessário que os preços reflitam os reais custos de produção e consumo das diferentes mercadorias e serviços vendidos, porque, atualmente, estes são incapazes de refleti-los, gerando falhas de mercado e externalidades imprevistas. Logo, a função do governo nesse caso seria estabelecer um marco regulatório e políticas públicas que auxiliem o sistema de preços a transmitir as preferências individuais e as condições do mercado adequadamente, além de criar regras que incentivem as empresas privadas a fazer escolhas em direção a adoção de modelos de organização da produção mais sustentáveis e passem a adotar uma visão de longo prazo em relação ao lucro. Em seguida, o relatório assinala a necessidade de governos e atores da iniciativa privada fazerem parcerias público-privadas de forma a possibilitar o levantamento dos fundos necessários para a consecução de projetos sustentáveis. Por fim, menciona a necessidade de construir uma nova medida da riqueza produzida que capture não só, pura e simplesmente, a produção de bens e serviços, como o PIB, mas também seja capaz de medir a degradação ambiental e o uso de recursos naturais (GSP, 2012, p. 49-65).

Além disso, o documento põe ênfase na necessidade de tornar as pessoas capazes de fazer escolhas sustentáveis, tanto no âmbito político quanto no âmbito social e econômico. Não obstante, em alguns lugares do mundo, não é dado aos indivíduos a possibilidade de escolher diferentes caminhos, principalmente em países ou regiões onde as necessidades básicas e os direitos humanos são frequentemente desrespeitados. Apesar de levantar pontos importantes, como a importância da educação, das liberdades de imprensa, reunião, religião e pensamento e da construção de uma rede de proteção social que seja capaz de auxiliar as pessoas durante as mudanças estruturais da sociedade, o trabalho traz problemas ao fazer recomendações em relação ao mercado de trabalho, por defender a existência de um ambiente econômico que seja favorável aos negócios. Para tanto, receita que os países definam e defendam direitos de propriedade, possuam cenários macroeconômicos estáveis e garantam que seus mercados sejam abertos e competitivos (GSP, 2012, p. 29-36). Igualmente, ao fazer considerações sobre o papel da classe média, o trabalho sublinha a importância de dotar essas pessoas de escolhas sustentáveis, mas enquanto consumidores. Nesse sentido, as recomendações definem a centralidade de informar as pessoas, através de rótulos construídos a partir de padrões científicos, dos custos relacionados às suas ações, deslocando os mercados, no sentido de remunerar os produtores que se utilizem de métodos sustentáveis de produção. Além disso, o trabalho prescreve que os consumidores finais sejam consultados em áreas como planejamento urbano e o desenvolvimento de novos produtos (GSP, 2012, p. 36-37).

Finalmente, o relatório das Nações Unidas enfatiza a construção de uma “estrutura institucional e de processos de tomada de decisões, a nível local, regional e global” (GSP, 2012, p. 7). Tal arranjo permitiria a superação de dificuldades, tais como a falta de flexibilidade para adaptar-se à novos problemas, às deficiências em termos de liderança e espaço político e à incapacidade de adaptação e planejamento frente à novas questões e oportunidades que se abrem à comunidade internacional. Tudo isto contribuiria para o fortalecimento da governança global em relação ao tema.

Conclusão

O trabalho analisado, apesar de grifar uma série de pontos importantes ainda entende o desenvolvimento e a sustentabilidade dentro dos marcos de um modelo civilizatório capitalista. Da mesma forma e em concordância com os pontos levantados por Acioli *et alii* (2009, p. 10), o predomínio da ideia economicista de desenvolvimento influencia o próprio conceito de sustentabilidade. Ao comentar esse ideário, SOUZA (1997, p. 14-15) aponta que tratar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e modernização tecnológica é uma impropriedade, pois este refere-se aos meios e não aos fins, por ser possível existir uma expansão das atividades produtivas que não é acompanhada por um alívio das situações de exclusão e pela melhoria das condições de vida dos mais pobres e pelo o avanço da tecnologia não necessariamente levar a uma vida mais saudável e criativa.

As Nações Unidas, como evidenciado pela análise do relatório feita na seção anterior, pretende com as suas recomendações atingir um desenvolvimento sustentável dentro dos parâmetros das sociedades de mercado e no interior do modo capitalista de produção. Este ponto de vista pode ser entrevisto, por exemplo, quando o documento ressalta a importância do sistema de preços transmitir corretamente as informações sobre os reais custos de produção das mercadorias e ao tratar as pessoas enquanto consumidores e não como sujeitos históricos ativos que constroem seu futuro através de sua atuação na sociedade Estamos de acordo com Leff (2006, p. 137 *apud* ACIOLI *et al.*, 2009, p. 10) quando este argumenta que:

o discurso do desenvolvimento sustentado chegou a afirmar o propósito de tornar sustentável o crescimento econômico através dos mecanismos de mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas não oferece uma justificação rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo através da capitalização da natureza.

Além de continuar a tratar a natureza e os recursos ambientais como mercadorias que podem ser exploradas e cujo valor pode ser atribuído através das interações feitas no interior dos mercados, o relatório das Nações Unidas entende a sustentabilidade e o desenvolvimento como conceitos fechados, o que não abre espaço para a formulação de novas formas de compreender essas mesmas ideias. Como bem discute RUA (2007) nega-se a possibilidade da existência do que o autor

chama de múltiplo – o direito de cada sociedade definir de que maneira pretende se desenvolver, demarcando o que entende por justiça social, qualidade de vida, assim como determinando a maneira pela qual aspira utilizar os recursos naturais a sua disposição. Tal perspectiva também é defendida, ainda que com outras palavras, por SOUZA (1997, p. 19). Para o autor, o conteúdo daquilo que se entende por desenvolvimento deve ser compreendido no interior de cada universo cultural e social particular. Em outro texto, o mesmo pesquisador, diz que só é possível discutir o tema em questão, nos dias de hoje, caso nos livremos da “conotação teleológica, etnocêntrica e capitalística que essa palavra [desenvolvimento] tem carregado, a exemplo da idéia-irmã de progresso” (SOUZA, 1996, p. 10). Por conseguinte, cada sociedade deve ser autônoma para decidir de que maneira pretende tornar-se mais justa para seus membros, sempre respeitando as suas tradições e as características culturais que lhe são próprias.

Consequentemente, deve-se tratar os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidades como ideias que devem ser construídas a partir das disposições culturais e sociais de cada agrupamento social, não devendo ser definidos *a priori*. Finalizamos este trabalho com RUA (2008, p. 398), que argumenta que a ideia de múltiplas sustentabilidades não é recente, mas sempre buscou “romper com o modelo único atrelado ao ‘desenvolvimento’ homogeneizador”. Logo, deve-se reconhecer que as possibilidades estão abertas e que a transformação das atuais bases de desenvolvimento se faz necessária, caso queiramos construir um novo futuro.

Referências

ACIOLI, Andréa; RUA, João; GIANNELLA, Letícia; VASCONCELOS, Tiago S. de. Globalização e desenvolvimento: emergência de novas espacialidades. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais eletrônicos...** Montevideu: Universidad de la República, 2009.

CNUMAD – Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Our common future**. Nova York, 1987.

GSP – The United Nations Secretary-General’s High Level Panel on Global Sustainability. **Resilient people, resilient planet: a future worth choosing**. Nova York, 2012.

HALL, Stuart. The West and the rest: discourse and power. *In*: SCHECH, Susane; HAGGIS, Jane. **Development: a cultural studies reader**. Oxford (RUN); Malden (EUA): Blackwell, 2002. p. 56-64.

MORIN, Edgar; CLOTET, Joaquim; SILVA, Juremir M. da (Org.). **As duas globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente**. 3. ed. Porto Alegre: Sulinas; PUC-RS, 2007.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: João Rua (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

_____. Desenvolvimentos e sustentabilidades: uma perspectiva geográfica. *In*: CORRÊA, Aureanice de M.; OLIVEIRA, Márcio P. de; COELHO, Maria Célia N. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. v. 1. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 387-400.

SOUZA, Marcelo L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jul.-dez. 1997, p. 13-35.

Recebido em julho de 2012;
aceito em agosto de 2012.